A agroecologia na sua conflitividade

The agroecology in its conflictiveness

BASCONI, Tatiane Cristina Fernandes[1]
[1] Doutoranda do PPG em Geografia do IGCE, Unesp/Rio Claro, tatiane.basconi@unesp.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico

Resumo: Este resumo integra uma pesquisa, em andamento, que tem como referência epistêmica e filosófica o materialismo histórico dialético e tem como objetivo geral problematizar, à luz da teoria do valor de Marx e da teoria marxista da dependência de Marini, os caminhos apontados pela teoria agroecológica para a superação do capitalismo agrário. O caráter propositivo é o de contribuir com a construção do conhecimento agroecológico na sua crítica ao capitalismo agrário, concluindo que uma regulação racional, real e concreta do metabolismo social só é possível na transcendência da alienação da natureza e do trabalho, o que implica, necessariamente, na derrubada das relações sociais capitalistas, isto é, no fim da propriedade privada capitalista dos meios de produção.
Palavras-chave: agroecologia política; valor de uso; valor de troca; falha metabólica social; propriedade privada.

Introdução

Marx (2017), em o Capital, decompondo o modo de produção capitalista revelou que a expropriação da terra e a subjugação do trabalhador constituem a base de todo o processo da acumulação primitiva de capital. A chave analítica está na relação de propriedade das condições de produção e de reprodução da vida. A mudança na relação de propriedade, compreendida como a própria relação ser-natureza na sua dimensão histórica, natural e social, revolucionou a forma da produção e da apropriação da riqueza social e conformou uma estrutura (modo de produção) e uma superestrutura (formas de consciência e instituições) dominada pelo capital e pelo modo de produção correspondente. Esse processo histórico de separação do trabalhador da propriedade das condições de realização de seu trabalho criou a relação social estabelecida pelo capital entre proprietários e não proprietários.

A mercantilização da natureza e da força de trabalho afetou profundamente a nossa primeira relação ontológica (ser-natureza), subordinando o processo de trabalho ao processo de valorização do capital. Nesse movimento histórico, conflitivo e contraditório, o intercâmbio entre humano-natureza e seres entre si sofreu uma "falha", convertendo-se num metabolismo social que, baseado na lógica mercantil, alienou a natureza e o trabalho, coisificando ambos. Em outras palavras, o modo de produção especificamente capitalista se explica pela contradição da indissociável forma trinitária capital-trabalho-natureza (MARX, 2017).

Assim, "mais de um século depois dos últimos escritos de Marx, começou a ser elaborada uma nova teoria crítica do desenvolvimento agrário capitalista. Trata-se

da teoria agroecológica" (LOPES NETO, 2018, p. 59). Em síntese, a teoria agroecológica ocupa-se dos mecanismos que tornam os agroecossistemas, no capitalismo agrário, insustentáveis. As crises ambientais e sociais são expressões dessa desordem agroecossistêmica provocada por um regime alimentar que está prestes a colapsar (GONZÁLEZ DE MOLINA et al., 2021).

Embora muito da literatura agroecológica esteja calcada em aspectos técnico-agronômicos relacionados ao manejo sustentável dos agroecossistemas, autores de referência têm se debruçado na construção de uma "agroecologia política", norteadora da construção de um regime alimentar baseado em formas sustentáveis de produção e processamento, distribuição e consumo, em oposição ao regime alimentar corporativo (GONZÁLEZ DE MOLINA et al., 2021).

A partir de aproximações e distanciamentos teóricos entre as obras de Marx e autores da teoria agroecológica, Lopes Neto (2008) realizou uma síntese teórica vislumbrando uma emergente teoria agroecológica "marxista", considerando a constatação comum de que o capitalismo agrário aprofunda cada vez mais a falha metabólica entre humanidade e natureza.

Considerando o avanço do desenvolvimento técnico científico e da acumulação de capital, a revolução agrícola sob o discurso do combate à fome deu-se em um duplo movimento: 1) na intencional separação da cidade e do campo e de transição para uma sociedade urbano-industrial; 2) em uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) no contexto de transição da fase concorrencial para a fase monopolista-financeira (final do século XIX) e de conformação de um desenvolvimento capitalista dependente. Na fusão destes dois movimentos temos a particularidade do capitalismo dependente latino-americano e caribenho demarcado pela superexploração da força de trabalho (MARINI, 1973) associada à produção de danos ambientais irreparáveis. Considerando o aumento global da fome e da insegurança alimentar e nutricional, o avanço do agronegócio em detrimento da agricultura familiar e as violências constitutivas dessa realidade, este resumo tem como objetivo geral problematizar os caminhos apontados pela teoria agroecológica para a superação do capitalismo agrário com o caráter propositivo de contribuir com a construção do conhecimento agroecológico na sua crítica ao capitalismo agrário.

Metodologia

Este resumo integra uma pesquisa, em andamento, que tem como referência epistêmica e filosófica o materialismo histórico dialético. Como tal, parte do real concreto, especificamente o estudo da Agroecologia em sua totalidade, com a intenção de buscar as conflitividades e processualidades que demarcam seus limites e possibilidades de superar o modo de produção capitalista. Assim, metodologicamente, o presente trabalho estuda as práticas e as referências teóricas vinculadas ao processo contemporâneo da Agroecologia, confrontando o que está pressuposto com a sua concretude, com vistas a entender a qual processo metabólico e lógica de produção e reprodução social ela responde. A pergunta

geradora que guia este trabalho é a seguinte: quais os caminhos que a Agroecologia, estando dentro dos marcos da lógica produtivista mercantil que é hegemônica, tem apresentado, na sua historicidade, processualidade e conflitividade para responder a outro metabolismo social?

Resultados e Discussão

Se a propriedade pode ser compreendida como a própria relação ser-natureza na sua dimensão natural, sem a qual a vida não acontece, assim como na sua dimensão social, mediada pelo trabalho e, portanto, como fundamento dos diferentes modos de produção e reprodução da vida material, podemos dizer que a unidade dialética entre produção e apropriação é uma relação de domínio ser-natureza e demais seres entre si que se transforma no processo de desenvolvimento histórico e explica a crise sociometabólica do particular modo de produção capitalista, razão de ser da teoria agroecológica.

A noção de "falha" na interação metabólica entre o ser humano e a natureza - fio condutor das obras de Marx e Engels no século XIX e, posteriormente da teoria agroecológica -, foi criada a partir dos estudos de Liebig em *Animal chemistry* (1842), sobre os aspectos negativos da agricultura moderna. Do conceito de metabolismo, Marx desenvolveu uma teoria crítica do desenvolvimento capitalista explicando "como a indústria de larga escala e a agricultura de larga escala se conjugam para empobrecer o solo e o trabalhador" (FOSTER, 2005, p. 218). Observando a necessidade de adubação dos campos ingleses exauridos, e a importação de sementes de outros países, Marx concluiu, no século XIX, "que a agricultura no capitalismo havia cessado de ser 'auto-sustentável'", e que "o caráter inerente da agricultura de larga escala no capitalismo impede qualquer aplicação **verdadeiramente racional** da nova ciência do manejo do solo" (FOSTER, 2005, p. 220-221, grifo nosso). Portanto, a teoria da falha metabólica de Marx continha um conceito de sustentabilidade ecológica no sentido amplo e apontava que o capitalismo criava as condições para o seu próprio colapso.

Como o modo de produção capitalista inaugura historicamente a forma-mercadoria (valor de uso, valor de troca, valor) como objetivo fim das relações sociais de produção, alicerçadas na lógica da propriedade privada da terra e dos meios de produção, o motor propulsor de seu metabolismo é a lei do valor. Assim, o alimento como valor de troca ganha preponderância, ainda que também seja necessidade básica (valor de uso). Nesse sentido, a lógica da produção capitalista impede a verdadeira racionalização da agricultura uma vez que tem suas lavouras determinadas de acordo com as flutuações dos preços de mercado, assim como determina a forma como o território será ocupado e organizado. As formas jurídicas, políticas, éticas e morais da legalização dessa forma-mercadoria têm como base constitutiva o Estado capitalista, cujo papel foi/é o de garantir os mecanismos necessários do tripé da acumulação de capital: expropriação, espoliação e exploração. Vejamos o exemplo brasileiro.

No Brasil do século XIX, dois fatores conformarão a formação sócio-histórica do modo de produção capitalista: a promulgação da Lei de Terras, em 1850, e a abolição da escravidão, em 1888, alicerçada sob as bases da República, em 1989. Esses processos ocorreram em uma conjuntura internacional de reprodução ampliada e acelerada do capital. O Brasil se reorganizava para seguir sua vigência primário exportadora na nova DIT, a partir de um contexto de preço médio estabelecido pelo capital monopolista para todas as esferas de produção em escala mundial. A Lei de Terras oficializou a mercantilização das terras e da força de trabalho, agora jurídica/formalmente livre, garantindo a conformação das relações capitalistas na sua fase imperialista.

No Brasil do século XXI, 125,2 milhões de pessoas passam fome e/ou vivem com algum grau de insegurança alimentar (OLHE PARA A FOME, 2022). O agronegócio fechou o ano de 2022 com exportações recordes de US$ 159,1 bilhões e crescimento de 32% em relação a 2021 (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL, 2023). Portanto, a aparente contradição de um dos maiores produtores de alimentos (leia-se mercadorias) ter voltado ao "mapa da fome" da ONU, coloca em evidência que o alto índice de famintos no Brasil não é produto do fracasso do sistema econômico capitalista, mas do seu sucesso vinculado à lógica da propriedade privada concentrada e centralizada em poucas mãos. Em outras palavras, trata-se do desequilíbrio metabólico social inaugurado pela apropriação privada dos bens materiais produzidos socialmente.

Em *Introducción a la agroecología política* (2021), Manuel González de Molina, e outros expoentes de referência da teoria agroecológica, empreendem uma síntese do acumulado de experiências teóricas, práticas e institucionais, mobilizadas pelos autores em suas trajetórias para avançar propositivamente na construção de "una teoría política que haga posible la ampliación de las experiencias agroecológicas, su escalamiento, convirtiéndolas en la base de un régimen alimentario alternativo" (p. 19). Sobre a conjuntura da questão alimentar, os autores apontam que, "a pesar de este gran esfuerzo productivo, la pobreza rural, el hambre y la malnutrición endémica siguen existiendo" (p. 17), o que indica que "el régimen alimentario imperante es incapaz de alimentar a toda la humanidad –**tampoco parece que esté realmente orientado a ese fin**–, pese a que hay suficiente cantidad de alimentos para conseguirlo" (p. 18, grifos nossos). Segundo os autores,

> Estas son manifestaciones de una crisis que surge de lo más íntimo del régimen alimentario dominante. Su continuidad puede conducir a un deterioro social y ambiental aún más marcado y probablemente, si nadie lo remedia, al colapso. **La única solución viable es la construcción de un sistema alimentario muy diferente, basado en formas sostenibles de producción y procesamiento, distribución y consumo.** La multitud de experiencias agroecológicas que existen en todo el mundo prefiguran ya la base de este régimen alimentario alternativo. (GONZÁLEZ DE MOLINA et al., 2021, p. 19, grifos nossos).

De modo geral, os autores afirmam que a existência da fome, da má nutrição e da pobreza rural são sintomas de um regime alimentar que parece não estar orientado

a esse fim e que a solução está na construção de um sistema alimentar de base agroecológica. Contudo, a questão central - em que pese a importância de uma produção de base ecológica - é que o sistema alimentar não está orientado à produção de valores de uso, mas de valores de troca. Essa mediação dialética precisa aparecer no debate da construção do conhecimento agroecológico, pois, se "a mayor entropía social (desigualdad) le corresponde mayor entropía metabólica" (GONZÁLEZ DE MOLINA et al., 2021, p. 42) e a agroecologia se coloca como uma teoria crítica do capitalismo agrário, consideramos que a dimensão econômica e política da agroecologia precisa pautar o problema da propriedade privada capitalista e das relações de trabalho que a sustentam, pois a interação metabólica ser-natureza-demais seres é mediada pelo trabalho e a "falha" desse metabolismo está fundamentado na separação dos seres humanos da propriedade, ou seja, das condições de realização da sua vida no sentido amplo.

Ao caracterizar a crise do regime alimentar dominante, González de Molina afirma que "las raíces de la crisis del régimen alimentario se encuentran en las normas institucionales que lo regulan o gobiernan y no solo en los impactos ambientales que produce" (GONZÁLEZ DE MOLINA et al., 2021, p. 20), sendo necessário "proporcionar los fundamentos teóricos y epistemológicos de lo que debería ser un nuevo campo de trabajo teórico y práctico para los agroecólogos: la Agroecología Política (p. 20). Dotados de instrumentos político-institucionais, a agroecologia política estará em condições de contribuir com o "diseño institucional para la transición agroecológica" (p. 93) e com a construção de um novo regime alimentar. Para tanto, "el nuevo marco debe estar compuesto por instituciones que **recuperen la función evolutiva original que tuvieron**: reducir la entropía social y, al mismo tiempo, hacerlo de manera sostenible, disminuyendo la entropía física" (GONZÁLEZ DE MOLINA et al., 2021, p. 93, grifos nossos).

De acordo com Ernest Mandel (1977), em *Teoria Marxista do Estado*, o Estado "nasceu como instrumento nas mãos da classe dominante, com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade, e desaparecerá quando o domínio desta classe desaparecer" (p. 14-15). Contudo, o Estado não é "um simples árbitro" e "independentemente de ser mais ou menos democrático na forma - existe uma premissa fundamental que se liga sobretudo à própria origem do Estado: pela sua natureza, o Estado está em contradição" (p. 26).

Portanto, não sem conflitos e resistências, a relação social que organiza e hierarquiza a sociedade capitalista fará nascer um Estado correspondente e mediador da conformação da nova ordem metabólica ser-natureza-demais seres, constituindo-se na vitória dessa ruptura nos marcos do capitalismo. Fundamentados no materialismo histórico dialético, consideramos que a crise do sistema alimentar é expressão da própria crise do capital e que a raiz dessa crise está na forma-mercadoria, legalizada pelas formas jurídicas, políticas, éticas e morais. O Estado, tendo o monopólio da violência, das leis e da justiça, atua de modo a proteger a propriedade privada capitalista e a perpetuar a relação de contradição e de dependência entre capital-trabalho-natureza. Em adição, o Estado capitalista

dependente encontra-se profundamente subordinado aos interesses do capitalismo financeiro-monopolista. Nesse sentido, supõe-se que uma alteração radical do marco institucional e do regime alimentar corporativo afetará a dinâmica de acumulação do capital internacional e nacional. Chegamos à luta de classes que também necessita ser incluída no debate da construção do conhecimento agroecológico.

Conclusões

Considerando que o que possibilitou o desenvolvimento histórico do próprio capital e continua alimentando sua expansão e acumulação é o processo de expropriação, espoliação e exploração do trabalho, fundamento da ruptura do metabolismo social (ou da entropia metabólica do agroecossistema), reiteramos a análise de Foster (2005). Este autor, baseado nos estudos de Marx e Engels, afirma que uma regulação **racional, real e concreta**, do metabolismo social só é possível na transcendência da alienação da natureza e do trabalho, o que implica, necessariamente, na derrubada das relações sociais capitalistas, isto é, no fim da propriedade privada capitalista dos meios de produção. Vislumbramos a agroecologia, na sua historicidade, processualidade e conflitividade, como mediadora dessa nova relação metabólica agrária e, nesse sentido, temos acordo com Lopes Neto (2008), na proposição de uma teoria agroecológica "marxista", abarcando-a em sua totalidade, o que inclui debater a concepção de cosmos, de natureza, de trabalho, de riqueza e de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Exportações do Agro batem recorde em 2022**. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/exportacoes-do-agro-batem-recorde-em-2022>. Acesso em 6 de junho de 2023.

COSTA NETO, Canrobert P. L. **De Marx à agroecologia**: a transição sociotécnica na reforma agrária brasileira. Cia do Ebook. 2018.

FOSTER, John B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

González De Molina, Manuel et al. **Introducción a la agroecología política.** 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. Libro digital, PDF (Grupos de trabajo de CLACSO / Atilio Alberto Boron).

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do Estado**. Trad. M. reis, Edições Antidoto: Lisboa, 1977.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital; tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. IN: STEDILE, João P. e TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

OLHE PARA A FOME. 2022. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN)**. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 6 de junho de 2023.